

DE LÍDER, PAÍS FOI REDUZIDO A PÁRIA

# A decadência socioambiental do Brasil

O governo possibilitou a impunidade dos que praticam crimes ambientais, acabou com a participação nos conselhos de acompanhamento das políticas socioambientais e enviou vários projetos de lei ao Congresso para fragilizar o Código Florestal, viabilizar a grilagem, inundar o país de agrotóxicos, enfraquecer o licenciamento ambiental e permitir a predação das terras indígenas

POR MÁRCIO SANTILLI\*

O mundo e a vida sofrem com o agravamento das mudanças climáticas. Com um patrimônio socioambiental gigantesco, só em parte dilapidado pelo processo colonial e pela herança predatória, o Brasil poderia liderar o enfrentamento da crise climática e a construção de um modelo sustentável para viver e produzir. Entre 2005 e 2012, com a redução das taxas de desmatamento na Amazônia, o país promoveu a maior queda de emissões de gases do efeito estufa na história recente da humanidade.

Com base na Constituição de 1988, o Brasil desenvolveu programas sociais que reduziram a miséria, e políticas ambientais importantes, com o apoio da cooperação internacional. Parte das terras indígenas foi demarcada, unidades de conservação foram criadas, populações tradicionais começaram a ter territórios reconhecidos. Os estados criaram órgãos e projetos inovadores. Segmentos privados despertaram para as novas exigências socioambientais. O protagonismo do Brasil foi reconhecido, mas acabou se perdendo por conta do retrocesso político dos últimos anos.

## BOIADA

E esse retrocesso tem nome próprio: Jair Bolsonaro. Foi ele que iniciou o desmonte, sem precedente, das políticas socioambientais duramente construídas em duas décadas. É de conhecimento público a confissão que o ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles fez, em plena reunião ministerial, sobre “passar a boiada” da desregulação ambiental, aproveitando que a atenção da população estava voltada para a pandemia. Dessa forma, o governo viabilizou a impunidade dos que praticam crimes ambientais, inclusive a invasão de terras públicas e áreas protegidas e o saque de seus recursos naturais. Também acabou com a participação da sociedade civil nos conselhos de acompanhamento das políticas socioambientais.

Após o acordo com o Centrão e a eleição de Arthur Lira (PP-AL) para a presi-

dência da Câmara dos Deputados, o governo Bolsonaro enviou, ou endossou, vários projetos de lei ao Congresso para fragilizar o Código Florestal, viabilizar a grilagem de terras, inundar o país de agrotóxicos, enfraquecer o licenciamento ambiental e permitir a predação das terras indígenas, entre outros.

## Os funcionários que insistem em cumprir suas obrigações são perseguidos ou sofrem retaliações

### DESMONTE DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS

A gestão atual inverteu as funções dos órgãos responsáveis pelas políticas socioambientais, entregando suas direções a pessoas indicadas pela bancada ruralista e outros grupos com interesses adversos. Por exemplo, em seu primeiro ato como presidente, Bolsonaro tentou subordinar a Funai ao Ministério da Agricultura, o que o Congresso rejeitou. O atual presidente do órgão processa indígenas e protege os invasores de terras.

O orçamento para investimentos do Ministério do Meio Ambiente e dos órgãos vinculados – Ibama, ICMBio, Serviço Florestal – despencou. Centenas de cargos estão sem ocupantes. Policiais e militares foram nomeados para funções de confiança sem que tenham competência ou compromisso com seu exercício. Os funcionários que insistem em cumprir suas obrigações são perseguidos ou sofrem retaliações. Os órgãos fingem que cumprem suas missões institucionais, e, ainda, mediante decisões da Justiça.

Os grupos dedicados à exploração predatória de terras, minérios, madeira e outros recursos naturais percebem a sinalização oficial pró-impunidade e aumentam a aposta. O crime socioambiental organizado aproveita a ausência de Estado para lavar dinheiro e controlar vastas regiões da Amazônia.

### DESMATAMENTO E VIOLÊNCIA

O aumento do desmatamento na Amazônia e em outros biomas é uma consequência desse desmonte. Nos últimos três anos, a taxa de desmatamento na Amazônia deu saltos sucessivos, retrocedendo aos níveis de quando não havia políticas socioambientais federais. Com isso, o Brasil distancia-se das metas de redução do desmatamento assumidas nas negociações internacionais sobre mudanças climáticas e proteção da biodiversidade. De líder, o Brasil foi reduzido a pária.

Aumentam também os níveis de contaminação e de assoreamento dos cursos de água, comprometendo o abastecimento e as fontes de alimento das populações regionais. Navegação, pesca e turismo estão sendo prejudicados. Sem pagar impostos e sem obrigações trabalhistas ou ambientais, a produção predatória exerce concorrência desleal e criminosa, que inviabiliza uma economia sustentável.

A inadimplência socioambiental tem sido um limitante para que empresas nacionais acessem recursos de fundos de investimento e para que o Brasil entre na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e concretize o acordo comercial entre Mercosul e União Europeia. Mesmo numa conjuntura favorável à comercialização de *commodities*, o país está perdendo oportunidades para fazer a transição energética e fomentar o desenvolvimento sustentável.

Também não surpreende o crescimento da criminalidade e da violência nesse contexto. Enquanto cai o total de homicídios no país, ele cresce de forma exponencial na Amazônia. Assassinatos como os do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips, que repercutiram em todo o mundo, ocorrem cotidianamente. Invasores de terras públicas organizam milícias e bloqueiam estradas e rotas de navegação, chegando a colocar em risco o transporte aéreo comercial em algumas regiões.

### SUPERAÇÃO

Em 2 de outubro, haverá eleições gerais no Brasil e há a expectativa de derrota de Bolsonaro. Porém, não se deve desprezar o estrago que ainda pode ser acumulado pelas forças predatórias que apoiam seu governo. Na perspectiva de uma derrota eleitoral, elas vêm radicalizando suas ações e não se desmobilizarão automaticamente com um provável novo governo. A reversão desse quadro não ocorrerá só com ações de repressão ao crime.

É previsível que essas quadrilhas atuem de forma articulada com a futura oposição bolsonarista. Também é provável que persista o recurso à violência. O combate ao crime organizado precisa ser intenso, persistente e inteligente, mas dependerá também do avanço de outras políticas e oportunidades econômicas. A postura dos governos estaduais também é decisiva.

Espera-se para os primeiros dias do provável novo governo um “revogaço” das normas infralégais espúrias instituídas pelo atual governo. Também são esperadas medidas para recuperar a atuação dos órgãos públicos ambientais. Ações urgentes, inclusive a execução de obras públicas, deverão ser iniciadas para viabilizar alternativas para a mão de obra recrutada pelas frentes predatórias. A articulação com os movimentos sociais facilitará a execução de novas políticas.

Porém, não faltará a um novo governo a boa vontade da maior parte da comunidade internacional. Da mesma forma, a reversão dos retrocessos socioambientais poderá contar com a esperança militante dos povos indígenas, quilombolas, extrativistas, agricultores familiares, pesquisadores e de todos os demais brasileiros que compreenderam a importância do Brasil socioambiental e estarão na linha de frente para retomar o rumo de um futuro democrático, fraterno e sustentável. 

\***Márcio Santilli** é sócio-fundador do Instituto Socioambiental (ISA), deputado federal pelo PMDB (1983-1986) e presidente da Funai (1995-1996).